



Território Mental: o Nó Gordio da Democracia¹

Evandro Vieira Ouriques

Coordenador do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência-
NETCCON.ECO.UFRJ
e Pesquisador Associado do Programa de Estudos Avançados de Cultura
Contemporânea-PACC.FCC.UFRJ.

Resumo

Ao propor *território mental* como conceito político, o faço, como Deleuze tão bem recomendava, para ajudar a resolver o problema que é o entrave sistêmico que encontramos naqueles que se empenham em tornar viva a democracia, como se ela pudesse surgir apenas na e da dimensão que se denomina social; sem que se entenda -e se exercite- que a democracia apenas vigora, de fato, na capacidade que tenhamos (como apontado por Castoriadis, Gandhi e Maturana, por exemplo) de construir atitudes mentais democráticas nas e a partir das inter-relações. Neste sentido, este artigo dá prosseguimento ao meu trabalho de constituição transdisciplinar de uma economia psico-política da comunicação, para a qual a ocupação do *território mental* é a mais importante política de comunicação e cultura, pois apenas esta, por exercer o domínio do processo de formação da vontade e a arqueologia dos conceitos (como recomendado por Mattelart) permite a inovação de atitude necessária à superação dos impasses históricos principais apontados pela clássica economia política da comunicação.

Palavras-chave

Economia psico-política da comunicação; Estados Mentais; Território Mental; Autonomia.

“As entidades do candomblé, para permanecerem ativas,
devem ser cultuadas e, para isso, têm de comer.
Disso depende o axé, a força que as mantêm vivas.
Caso não seja nutrido, ele declina, desfalece.
Os fiéis são, portanto, obrigados a “dar de comer à cabeça”
(o que nos rituais de iniciação é obedecido ao pé da letra).
A inquietação intelectual tem algo de semelhante, ela exige
que se “alimente a cabeça”, cultive-se uma atitude de
insatisfação em relação ao peso do senso comum acadêmico”.

Renato Ortiz

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas de Comunicação e Cultura, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

(ORTIZ, 2008, pp. 318-328)

É muito mais frequente e comum do que gostaríamos o fato que indivíduos, grupos, redes, movimentos e organizações apresentem atitudes antidemocráticas na maneira como conversam internamente, articulam suas ações intersetoriais e procuram mobilizar os segmentos sociais com os quais trabalham em favor da cidadania, da democracia, das políticas públicas sociais, das intervenções em comunidades e da responsabilidade socioambiental.

Quando verificamos ao longo da História, e do presente, a extensão dos prejuízos causados por essas atitudes mentais para os movimentos de transformação social, podemos afirmar que se trata de uma alarmante pandemia no território mental, que pode ser superada apenas pela re-ligação dos saberes sobre a sociedade com aqueles sobre a economia psíquica dos indivíduos.

A desconexão entre essas dimensões é que faz tão frequente, na ação pela transformação social, o oposto dela: a traição, o cinismo, a vaidade, a violência, o autoritarismo, o roubo de projetos, a concentração de poder, a manipulação de assembleias e reuniões, o nepotismo, o fluxo hierarquizado e cristalizado de informações, a não escuta, a mentira deslavada, a distorção do que é dito, a supressão de informações decisivas, a competição antiética por patrocínios, a perseguição e menosprezo dos “derrotados” em geral etc., etc., etc., como se faz, nacionalmente, com o futebol, como se este ato de violência, que vai até a supressão física do outro, não estivesse mimetizando, em uma pedagogia social, o regime de servidão, no qual um sujeito transfere sua potência para o outro.

Ao propor território mental como conceito político, o faço, como Deleuze tão bem recomendava, para ajudar a resolver o problema que é o entrave sistêmico que encontramos naqueles que se empenham em tornar viva a democracia, como se ela pudesse surgir apenas na dimensão que se denomina social, sem que se entenda e se



exercite que a democracia apenas vigora, de fato, na capacidade que tenhamos de construir atitudes mentais democráticas² nas e a partir das inter-relações.

Para isto, é necessária uma mudança de rumo, pois é no território mental que se dão concretamente as relações de poder psicossocialmente construídas, nas quais ou o indivíduo³, rede, movimento e organização, apropria-se, pela *desobediência civil mental* (OURIQUES, 2007), do poder, tornando-se assim, cada um deles, portador de voz própria, ou é então dominado pelo discurso que o atravessa – o que é muito fácil hoje, quando os valores mediatizados tendem a embeber a todos como se fossem esponjas –, tornando-se, assim, repetidor de mais do mesmo nos territórios, esta categoria hoje central na análise das questões sociais e que só revela sua potência de produção de autonomia interdependente quando alimentada por mudanças efetivas nas relações de poder, que são – sempre e apenas – determinadas por atitudes mentais.

É por isto que André Mattelart (MATTELART, 2003:187) vem insistindo que a liberdade política não pode mais ser apenas o exercício da vontade, mas passa – necessariamente – pelo domínio do processo de formação da vontade, de maneira a que, como tenho sustentado⁴, o desejo hoje mediatizado no reconhecimento pelo capital, vale dizer no reconhecimento pelo outro, seja, ao contrário, e a um só tempo, liberdade e vinculação socioambiental (OURIQUES, 2006). Isto só é possível por meio da observação do fluxo dos estados mentais (pensamentos, afetos, sentimentos, emoções, perceptos etc.), que ocorrem no território mental, para o que é decisiva a arqueologia

² Ver a oficina Construção de Atitudes Mentais Democráticas: o nó górdio do direito à comunicação, que propus e conduzi no Congresso da Intercom Sudeste, que ocorreu na Escola de Comunicação da UFRJ, em 7 e 8 de maio de 2009. <<http://evouriques.wordpress.com/2009/04/25/conduzirei-oficina-no-intercomsudeste-sobre-construcao-de-atitudes-mentais-democraticas-no-gordio-do-direito-a-comunicacao/>>.

³ Refiro-me ao indivíduo como o que permanece no sujeito igual apenas a ele mesmo, como mostra Charles Melman, portanto o que está nele, para além da dissolução das identidades defendida pela pós-modernidade, esta que provavelmente já terminou, de acordo com Terry Eagleton, e com o que estou de pleno acordo. A identidade é aquele território mental em relação ao qual que, como mostram Maturana e Varela em *A Árvore do Conhecimento*, “na rede de interações linguísticas na qual nos movemos, mantemos uma contínua recursão descritiva – que chamamos de “eu”–, [e] que nos permite conservar nossa coerência operacional linguística e nossa adaptação ao domínio da linguagem.” (p. 254)

⁴ Por exemplo, por meio de minhas disciplinas Construção de Estados Mentais Não-violentos na Mídia, que criei em 2005/2, e Construção de Utopias, que criei em 2006/1, ambas através do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência-NETCCON.ECO.UFRJ.



dos conceitos, ainda com Mattelart, pois apenas assim é possível fazer surgir os significados e os usos político-sociais sedimentados em cada termo, lembro eu, como é o objetivo também da história conceitual e do enfoque colingwoodiano da Escola de Cambridge (FERES & JASMIM, 2007). Conforme sintetiza Jardim, “o conceito (...) aparece como fenômeno da linguagem com consequências para “fora da linguagem”, porque conforma a própria vida histórica, enquanto elemento fundamental da disputa política. A afirmação de um conteúdo – de um conceito – é a vitória de um determinado projeto, de uma determinada maneira de ver as coisas”.⁵

Como comprova o biólogo cognitivo Maturana, “as palavras são nodos de redes de coordenação de ações, não representantes abstratos de uma realidade independente de nosso quefazer. [...] As palavras que usamos não revelam apenas nosso pensar, mas projetam o curso do nosso quefazer. [...] Os seres humanos, somos o que conversamos: esse é o modo como a cultura e a história se encarnam em nosso presente” (MATURANA, 1997: 105-106).

Ou seja, apenas pelo enfrentamento das relações de poder que se dão na tensão conceitual (uma vez que somos cultura e, portanto, linguagem), no território mental, é que os sujeitos podem tornar-se editores de suas falas no mundo, uma vez que treinem suas mentes para a ação política e deixem de ser movidos por impulsos reativos e impulsivos, e portanto a-críticos, e, assim, deixem de ser atravessamentos de discursos. Não é à toa que o maior valor patrimonial das corporações nestes tempos de cultura da produção e de culturalização da economia são suas marcas, pois elas são conceitos do que a vida seja ou do que se é com elas nos territórios.

Qual é, portanto, a responsabilidade democrática que temos sobre nossos estados mentais? Os discursos que identificamos como nossos são nossos mesmo? O quanto a Diferença que sustentamos é democrática? As metodologias que empregamos para tomar decisões, para escutar nossos públicos, são democráticas mesmo ou vazamentos dos valores com que fomos impregnados pelas Velhas Mídias, pela Velha Teoria, pela

⁵ http://www.puc-rio.br/editorapuc/autores/ autores_entrevistas_jasmin.html



Velha Gestão e assim repetimos erros do passado? Nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação, uma vez que, como diz Hannah Arendt, “o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isso é, do viver como ser distinto e singular entre iguais” (ARENDR, 2005:191), já que, de volta a Maturana, a origem da linguagem como um domínio de coordenações consensuais de conduta exige um espaço de reencontro na aceitação mútua suficientemente intensa e recorrente, espaço este que só é possível, digo eu, quando os comportamentos ditos privados passam a ser focados, aceitos, acolhidos, tratados e superados de maneira corajosa e transparente nas parcerias, associações, redes, movimentos e organizações.

Ora, quando como observadores entendemos as palavras como designadoras de objetos ou situações no mundo, o que de fato estamos fazendo é falar de um acoplamento estrutural que não reflete o funcionamento do sistema nervoso, uma vez que o sistema nervoso não funciona com representações de mundo e, portanto, não há legitimidade no hábito de naturalizar a violência, a política como luta, a vida como guerra, como algo transcendental sobre o qual não teríamos controle algum, pois as palavras com as quais designamos e construímos tais estados mentais, e os consequentes atos físicos por eles criados, são de responsabilidade exclusiva da cultura, e não da natureza.

Dito de outra forma, construímos na Grécia o que chamamos de cultura, que se tornou, ao final de cerca de dois mil anos, insustentável social e ambientalmente, argumentando que esta cultura, e a filosofia dela, é a ruptura do continuum do processo natural. O que fazemos é de nossa exclusiva responsabilidade, o fizemos e fazemos em nome da liberdade e, ao invés de assumirmos a responsabilidade, construindo a democracia em nosso território mental, responsabilizamos uma suposta natureza humana por isto, retiramos os estados mentais das agendas “para não nos ferirmos”, e acabamos, claro, nos ferindo ainda mais pelo desencontro, retrabalho, desconfiança, desânimo, e pelo péssimo exemplo de pseudo-transformadores que damos às próximas gerações que muitos acusam de serem despolitizadas. É assim que de maneira dominante a teoria social, a teoria política, a teoria da comunicação, a teoria da cultura, a filosofia da linguagem, a teoria psicanalítica etc., insistem em dizer que a violência, a vontade de



dominação/opressão, o regime de servidão psico-social, são tendências naturais do ser humano e que seria ingenuidade construir qualquer pensamento que diga o contrário.

Aí está a questão. As múltiplas resistências, agentes e agências de resistência ao mal-estar da civilização precisam instalar-se no território mental, pois é lá que se dá ou não a autonomia, esta questão central do pensamento de Castoriadis (CASTORIADIS, 1975) e central, por exemplo, quando se quer comunicação compartilhada, empoderamento das periferias, ouvir a voz das comunidades. Como lembra Marilena Chauí, se está, ou se pensa “perdida a autonomia, o que resta senão o silêncio?”⁶. É por isto que tenho insistido na recuperação do primado da autonomia e da criatividade, a base esquecida de constituição do Ocidente, em sua reação ao Mito, aquele ponto central em relação ao qual só nos restaria adequarmo-nos. Insisto neste ponto, uma vez que permanece na pós-modernidade e hoje no que a sucede, um impressionante fundo metafísico nas forças que trabalham pelo avanço da consolidação democrática.

Explico. Acredita-se:

1. que a dominação é feita de forma exclusiva por “eles”, que seriam um fora absoluto, e portanto metafísico – o capitalismo, a classe dominante, o neoliberalismo, a corporação, os pais, os jovens, a periferia, a classe média, os traficantes, o outro time, o outro gênero, a outra raça, o consumo, a mídia, as drogas, e assim por diante, entendidos todos e quaisquer outros como a sede por definição do mal absoluto, suposta exterioridade absoluta que garantiria a desnecessidade de tratar-se de maneira responsável as relações de poder que se dão no território mental, uma vez que se supõe que seríamos necessariamente os “puros”, já que o mal aqui não residiria;

2. e que a via de transformação está igualmente fora, ou no produtivismo da ação não-crítica, da ação pela ação, em atitude totalmente sincrônica a do consumismo que criticamos; ou na tecnologia, no caso das forças que se querem democráticas,

⁶ <http://www.ciranda.net/spip/article1784.html>



especificamente a cultura digital, a mídia livre, a convergência tecnológica e comunicação compartilhada.

Isto é muito grave. Uma pergunta: como uma espécie (1) constrói-se como cultura rompendo radicalmente com o que chama de natureza; (2) colhe cerca de dois mil anos depois como resultado a insustentabilidade socioambiental; (3) nega-se a responsabilizar-se pelo controle dos estados violentos de dominação e opressão que ocorrem em seu território mental e dele se alastram pelos territórios, inclusive em sua face de territórios descontínuos, como os das grandes cidades; (4) eterniza na teoria social e no senso comum a afirmação de que as ações humanas são movidas apenas pelo interesse e pelo poder auto-referenciados (“a vida é uma luta”); deixa sem respaldo teórico as ações movidas pela generosidade (não aquela a que Zuenir Ventura referiu-se como “paternalista e distante” (VENTURA, 2009), claro, pois isto não é generosidade, porém mais opressão) mas como a que permite o envolvimento (OURIQUES, 2009); (5) atribui estas atitudes a uma suposta natureza humana; (6) e nega, ao mesmo tempo, em nome da garantia da liberdade, a existência desta mesma natureza humana quando se trata de encontrar princípios de igualdade que possam orientar a ação coletiva, de sermos iguais na diferença?

Para avançar mais, é prudente focarmos o ponto cego do processo. Por exemplo, na recente e importante iniciativa do MinC de selecionar 78 Pontos de Mídia Livre no país, o critério utilizado para se ter certeza de que a mídia selecionada é “livre” e de que assim se está cumprindo “a missão de democratizar a comunicação social feita no Brasil” para que “iniciativas que estão fora das grandes corporações midiáticas tenham voz e expressem o anseio de suas comunidades” é o de considerar como “iniciativas de comunicação compartilhada e participativa aquelas que reúnem pelo menos dois membros em sua equipe editorial e que buscam interatividade com o público”⁷.

Nada é falado quanto aos valores que circulam nos territórios mentais destas iniciativas (por exemplo a antidemocrática e usual conexão conceitual entre liberdade, progresso,

⁷ Todas as citações deste parágrafo são do edital em http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/01/edital_pontos_de_midia_livr_-_publicado.pdf

desenvolvimento e civilização), nem nas metodologias que elas utilizam para garantir que estão de fato escutando e expressando os anseios de suas comunidades, nem a respeito do território mental destas comunidades que se supõe espontaneamente democrático malgrado saibamos da concentração de mídia e da qualidade da educação no Brasil. Parte-se do pressuposto de que basta não ser corporativo, portanto o lugar do mal, que se é socialmente democrata.

Quando fiz parte do grupo que organizou o Fórum de Mídia Livre-Rio, em 2008, argumentei que tínhamos nele duas tendências: a da verba livre, que entende que a distribuição das verbas publicitárias estatais também para mídias de novo “livres”, garantiria mais democracia; e a do verbo livre, que entende que a cultura digital garantiria o mesmo. Argumentei que faltava a força da mente livre. Consegui realizar lá a oficina Mente Livre, Mídia Livre, que teve o maior número de inscritos de todas as do FML, e nela trabalhei a construção de uma *mente livre*⁸ (conceito então cunhado), de uma *mente sustentável* [conceito cunhado em 2005 (OURIQUES, 2009)], sem a qual é impossível a autonomia. Para Castoriadis, a sociedade autônoma é aquela que se auto-institue através da atitude, que ele entende revolucionária, de seus membros fazerem valer o que imaginam em termos de instituições, leis, tradições, valores e comportamentos. Ou seja, o contrário de sociedades e ações heterônomas⁹ como as presentes, nas quais a vida privada está divorciada da ação política e os atos ditos pessoais, como já disse, fora das agendas, relegados quase sempre à maledicência e à rádio-corredor, até que se dê a exclusão daquele que apresenta um comportamento que dificulte o trabalho ou que questione a maneira como ele vem sendo realizado.

Trata-se de esgotos mentais a céu aberto nos territórios, que não são vistos e para os quais não se pensam políticas públicas e metodologias de saneamento.

⁸ Ver minha entrevista sobre o assunto em [http:// forumdemidialivre.blogspot.com/ 2008/06/mdia-s-livre-quandomente- livre.html](http://forumdemidialivre.blogspot.com/2008/06/mdia-s-livre-quandomente-livre.html)

⁹ *Autonomia* é o exercício de reger-se por si mesmo. Do ponto de vista do Direito, podemos exemplificar com o contrato. Trata-se de um acordo entre as partes, não imposto por terceiros. Já a *heteronomia*, por exemplo no Direito, fala de norma jurídica imposta coercitivamente ao indivíduo, independente de sua vontade.



Trata-se pois, de evitarmos engrossar o *regime de servidão* (BIRMAN, 2006), no sentido da clínica social da psicanálise (LEBRUN, 2004), ou seja, de pessoas que ao transferirem sua potência para um outro, passam a dele depender em *estado de perversão* (MELMAN, 2003), como de uma droga, em adição, sempre fundamentalista, ao que se pode chamar de “ego auxiliar” que pensa e sente por ele.

Essa é uma atitude devocional, e quando se espera milagres (ou não é esperar um milagre que as máquinas que criamos sejam mais inteligentes do que nós?), é a morte da política, como disse Hannah Arendt: “a questão se a política ainda tem de algum modo um sentido remete-nos necessariamente de volta à questão do sentido da política; e isto ocorre exatamente quando ela termina em uma crença nos milagres – e em que outro lugar poderia terminar?” (ARENDDT, 1993:122).

Neste sentido, é emblemática recente manchete no jornal laboratório de uma nacionalmente conhecida escola de comunicação brasileira, cuja edição é toda dedicada ao que devocionalmente supõe ser o “ilimitado” espaço da Internet, em matéria que trata do que chama “feroz campanha de adesão à fé cibernética”. Eis a manchete: “Hereges da Internet resistem à conversão”.

Quando reflete sobre o que é necessário para a transformação social, Boaventura de Sousa Santos afirma que mais do que “uma teoria comum, do que precisamos é de uma teoria da tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam”¹⁰. É neste sentido que proponho o conceito de território mental, dentro da economia psicopolítica da comunicação a que venho me dedicando como esta teoria da tradução.

¹⁰ Apud PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. A lógica e o sentido da formação: heterotopias, acontecimentos e sujeitos. Rev. Dep. Psicol.,UFF [online]. 2007, vol.19, n.1 [cited 2009-05-15], pp. 127-143. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010480232007000100010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-8023. doi: 10.1590/S0104-80232007000100010. Acesso em 15 de maio de 2009.

Para que os atores conversem sobre as opressões a que resistem, eles precisam estar no território mental, o único a rigor humano, pois território enquanto espaço + relações de poder é conceito também aplicado aos animais não humanos. De que outra maneira podemos potencializar nossas aspirações, que nos animam, senão pela tomada de posse do território que de fato é o único que é realmente nosso, ou seja, o nosso território mental?

Um dos muitos exemplos atuais da desconexão entre democracia social e democracia nas inter-relações são as audiências públicas nas câmaras legislativas. Elas se transformaram em mesas-redondas, onde inexistente escuta apropriada do público, restrita ao formato superado de dar, sob a pressão do tempo então exíguo, a palavra ao final de tudo. Quando existem metodologias para levantar o imaginário do público, o que eles querem, se dispõem e podem de fato se comprometer a fazer. *Território mental* e ação intelectual.

Por fim, gostaria de falar brevemente da importância do conceito de território mental para a re-significação em curso do conceito de intelectual, que desde a década de 1970 tem passado por mudanças profundas em suas antigas representações identitárias associadas à intelligentsia diante do fim do regime militar, da profissionalização dos intelectuais no Estado e na indústria cultural (esta desde a década de 1960), da queda do Muro de Berlim, da construção de um novo socialismo, da revalorização da democracia, da individualidade e dos movimentos populares espontâneos etc., o que resultou, grosso modo, na substituição de seu compromisso com a ruptura coletiva com o subdesenvolvimento nacional e a exploração das classes para o empenho no acesso individual ao desenvolvimento globalizado (RIDENTI, 2002).

Com a eclosão das novas tecnologias da informação, da cultura digital, das possibilidades da comunicação compartilhada¹¹ e das culturas das periferias, no quadro

¹¹ Refiro-me ao conceito como definido a partir do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2002, e desde então em discussão. Por exemplo ver <<http://diplonarede.org.br/tudonum-espaco/o-que-ecomunicacao-compartilhada>> que ao estimular a discussão on line deste conceito inspirou-me a desenvolver o argumento deste artigo, que eu vinha escrevendo convite de Ana Cristina Bittencourt, editora da Revista Democracia Viva, do IBASE, que honrou-me ao ser minha aluna da 5ª edição do curso de extensão JPPS-Jornalismo de Políticas Públicas Sociais, que coordeno.

da ação política rizomática, improvisada, anônima e enxameada defendida por Deleuze, Guattari, Rolnik, Negri e outros, o intelectual configura-se hoje como mediático, condição na qual está dissolvido o monopólio discursivo da intelligentsia, já foi dito, num pluralismo mediático: em certo sentido, desdobra-se no intelectual operador¹² recentemente proposto por Marcus Vinicius Faustini¹³, ou seja, aquele que em vez de produzir grandes discursos de síntese de ação, dispara ações.

Dessa forma, os sentidos do conceito dados por exemplo por Gramsci de intelectual orgânico (e de suas vinculações com a ironia apaixonada, como prefere Renato Ortiz¹⁴) e por Sartre de intelectual engajado, têm estado abalados e/ou retraídos em prol de seu entendimento, em certos meios consensual, como função intelectual presente em toda a sociedade, como defendido, por exemplo, por Félix Guattari, e isto é muito importante, mesmo que a tecnologia vista como poderosa via de democratização tenha deixado sincronicamente de ser suporte do capital para tornar-se meio direto da acumulação capitalista, na qual a investigação é em grande parte substituída por modos de conhecimento determinados economicamente de maneira fragmentada em meio à compressão espaço-temporal identificada por David Harvey (HARVEY, 2003:297), ao que soma-se a substituição do intelectual pelo especialista supostamente competente a quem está confiada a missão de dizer o que se deve pensar sentir, fazer e esperar.

¹² Refiro-me aqui à palestra dada por Faustini na Reunião Mensal do Programa de Pós-doutorado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC-Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, realizada no dia 30 de abril de 2009, quando tratamos dos temas “Aproximações na Compreensão do Território usado Enquanto Categoria de Análise Social”, por Anita Burth Kurka, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP; “Violência, Medo e Estigma: efeitos sócio-espaciais da ‘atualização’ do ‘mito da marginalidade’ no Rio de Janeiro”, por Fernando Lannes, Doutor em Geografia Urbana pela UFRJ e Coordenador Adjunto do Observatório de Favelas, na Maré; e “A Linguagem e a Vida São uma Coisa Só: Estratégias Estéticas de Circulação na Cidade”, por Marcus Vinicius Faustini, Cineasta, Diretor Teatral e Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu/RJ.

¹³ Como Secretário de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu, ele tem se mostrado inovador. Recorro a Kari Palonen em seu estudo sobre *Tempos da política e temporalização conceitual: um novo programa para a história conceitual* quando afirma que “políticos conceitualmente inovadores são aqueles que usam essa falta de controle no uso dos conceitos a seu favor e que gostam de brincar com as ambiguidades das palavras e detectam novas dimensões e importância em conceitos já existentes”. In Ver FERES JÚNIOR, João & JASMIN, Marcelo (orgs.). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007. pp. 41-42.

¹⁴ ORTIZ, Renato. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008, p. 319-328 <http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a14n20.pdf>

É importante pois superarmos a dicotomia entre pensar e fazer, trabalho intelectual e trabalho braçal, que tanto marca ainda nosso país, e portanto faz todo o sentido o surgimento da potência operativa de transformação do conceito território mental, pois ele incorpora, ao dissolvê-las, duas dicotomias da dominação: a do pensar e do fazer, e a do social e do psíquico, pois para que os intelectuais desempenhem o seu papel na promoção e na sustentação da vida no planeta, como quer Antonio Negri, revolução que para ele só se faz hoje com inteligência e amor (estes outros nomes para mim da generosidade, do espírito público), precisamos rever profundamente nosso território mental para que não voltemos a pensar que a revolução é possível de ser feita sem conexão com a totalidade dos humanos. Ou, como ele prefere, com a multidão, que, claro, também pensa e faz e, digo eu, com uma nova e operativa teoria, sustentada claro por um discurso síntese de ação compromissado não com a torre de marfim, mas com o saneamento dos esgotos mentais, estejam eles onde estiverem.

Quando proponho o conceito território mental, da forma que o faço, concordo com Terry Eagleton, que

“com o deslanchar de uma nova narrativa global do capitalismo, junto com a guerra ao terror, pode muito bem ser que o estilo de pensamento conhecido como pós-modernismo esteja agora [ele afirmou isto em 2003] se aproximando de um fim. Foi, afinal, a teoria que nos assegurava que as grandes narrativas eram coisa do passado. Talvez sejamos capazes de vê-lo, em retrospectiva, como uma das pequenas narrativas que ele próprio tanto apreciava. Isso, no entanto, propõe à teoria cultural um novo desafio. Se for para se engajar numa ambiciosa história global, tem que ter recursos próprios adequados, tão profundos e abrangentes quanto a situação que defronta. Não se pode dar o luxo de continuar recontando as mesmas narrativas de classe, raça e gênero, por mais indispensáveis que sejam esses temas. Precisa testar sua força, romper com uma ortodoxia bastante opressiva e explorar novos tópicos, inclusive aqueles perante os quais tem mostrado até agora [...] uma timidez excessiva” (EAGLETON, 2003:297).

É exatamente no sentido desta contribuição que desde a década de 1960 persisto em que a questão central da teoria e da ação social é a fonte de referência que o indivíduo, parceiros, associados, grupo, comunidade, rede, movimento e organização utiliza para a decisão comunicativa, que é sempre e apenas política, uma vez que sua ação é definida pelos valores nos quais ele se referencia, consciente ou inconscientemente. Portanto do domínio do que ocorre em seu território mental.



Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. A condição humana. Forense, Rio de Janeiro. 2005.
- _____. A dignidade da política. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1993.
- BIRMAN, Joel. Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. Figures du pensable. Éditions du Seuil, Paris. 1999; e L'institution imaginaire de la société. Seuil. Paris, 1975.
- EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2003.
- FERES JÚNIOR, João & JASMIN, Marcelo (orgs.). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Loyola, 1989.
- LEBRUN, Jean-Pierre. Um mundo sem limites: ensaio para uma psicanalítica do social. Companhia de Freud. Rio de Janeiro. 2004.
- MELMAN, Charles. O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Companhia de Freud Editora, Rio de Janeiro, 2003.
- MATTELART, Armand. História das Teorias da Comunicação. Edições Loyola, São Paulo, 2003.
- MATURANA, Humberto. Emociones y Lenguaje en Educacion y Política. Dolmen Ediciones, Santiago de Chile. 1997. pp 105-6
- ORTIZ, Renato. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008, p. 319-328
- OURIQUES, Evandro Vieira. Comunicação, Educação e Cidadania: quando Diversidade e Vinculação Social são apenas Um. in Saúde e Educação para a Cidadania. Revista da Decania do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Ano 1, no. 02, Março de 2006. UFRJ. Rio de Janeiro. pp. 33-36
- _____. Comunicação, palavra e políticas públicas: a importância do conceito envolvimento para a construção da cidadania sustentável. Revista Z. Programa Avançado de Cultura Contemporânea- PACC.FCC.UFRJ. Junho de 2009. Ano V no.2



_____. Desobediência Civil Mental e Mídia: a ação política quando o mundo é construção mental. Anais do 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. Goiânia, Goiás. 2007. ISSN: 1981-5859

_____. Gestão da Mente Sustentável®, o Extended Bottom Line: o desenvolvimento socioambiental como questão da consciência e da comunicação. In GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos, et al. (orgs.). Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. Editora Campus, Rio de Janeiro. 2009. pp. 195-203.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.

VIVAFAVELA. Viva Favela. Prefácio de Zuenir Ventura. Viva Rio. 2009.

Referências na web

Entrevista com Evandro Vieira Ouriques sobre Mente Livre, Mídia Livre. <http://forumdemidialivre.blogspot.com/2008/06/mdia-s-livre-quandomente-livre.html>

Comunicação compartilhada. <http://www.ciranda.net/spip/article1784.html>

Entrevista com Marcelo Jasmin. http://www.puc-rio.br/editorapuc/atores/atores_entrevistas_jasmin.html